

JUCESP PROTOCOLO
935303/06-6

COLEGIADA

BV LEASING – ARRENDAMENTO M
Companhia abertaCNPJ/MF N.º 01.858.774/0001-10
NIRE N.º 33.300.150.082REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
REALIZADA EM 13 DE DEZEMBRO DE 2006

DATA, HORÁRIO E LOCAL: 13 de dezembro de 2006, às 8h00min horas, na sede social da Companhia, na Rua Amazonas n.º 439, 11º andar, no município de São Caetano do Sul, Estado de São Paulo.

PRESENÇA: José Ermírio de Moraes Neto, Marcus Olyntho de Camargo Arruda e Wilson Masao Kuzuhara, únicos conselheiros da Companhia.

MESA: José Ermírio de Moraes Neto, Presidente; Marcus Olyntho de Camargo Arruda, Secretário.

DELIBERAÇÕES: Foi aprovada, por unanimidade, a terceira emissão de debêntures pela Companhia, sendo a segunda amparada no Programa de Distribuição arquivado na Comissão de Valores Mobiliários em 8 de dezembro de 2006, sob o n.º CVM/SRE/PRO/2006/010, de acordo com as seguintes características: (i) *Valor total da emissão.* O valor total da emissão é de R\$1.999.999.522,40, na Data de Emissão (conforme definido abaixo); (ii) *Quantidade.* Serão emitidas 933.358 Debêntures; (iii) *Valor nominal.* As Debêntures terão valor nominal unitário de R\$2.142,80, na Data de Emissão ("Valor Nominal"); (iv) *Conversibilidade.* As Debêntures não serão conversíveis em ações; (v) *Espécie.* As Debêntures serão da espécie subordinada, nos termos do artigo 58 da Lei n.º 6.404/76; (vi) *Data de emissão.* Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 8 de dezembro de 2006 ("Data de Emissão"); (vii) *Prazo e data de vencimento.* As Debêntures terão prazo de vencimento de cinco anos, contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 8 de dezembro de 2011 ("Data de Vencimento"); (viii) *Pagamento do Valor Nominal.* O Valor Nominal das Debêntures será pago em uma única parcela, na Data de Vencimento; (ix) *Colocação.* As Debêntures serão objeto de distribuição pública ("Oferta") com intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, sob o regime de garantia firme de colocação, não existindo reservas antecipadas, lotes mínimos ou máximos, sendo atendidos, prioritariamente, os clientes das instituições intermediárias da Oferta e/ou, observado o disposto no artigo 55 da Instrução CVM n.º 400/03, o Banco Votorantim S.A.; (x) *Prazo de Subscrição.* Após o decurso do prazo de cinco dias úteis contados (a) do protocolo de pedido de registro automático da Oferta na CVM,



nos termos do artigo 2º, inciso I, da Instrução CVM n.º 429/06; (b) da publicação do anúncio de início da Oferta ("Anúncio de Início")"; e (c) da disponibilização do prospecto definitivo, atualizado, se for o caso, do Programa de Distribuição e do suplemento definitivo da Oferta aos investidores, as Debêntures serão subscritas, a qualquer tempo, em até seis meses contados da data da publicação do Anúncio de Início; (xi) *Forma de subscrição*. As Debêntures serão subscritas por meio dos procedimentos do SDT, administrado pela CETIP, com base nas políticas e diretrizes fixadas pela ANDIMA, sendo as Debêntures liquidadas e custodiadas na CETIP, e/ou do BovespaFix, administrado pela Bovespa, sendo as Debêntures custodiadas na CBLC; (xii) *Forma de integralização*. As Debêntures serão integralizadas à vista, no ato da subscrição e em moeda corrente nacional, pelo Valor Nominal, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a Data de Integralização, bem como do Prêmio (conforme definido abaixo); (xiii) *Prêmio*. As Debêntures serão subscritas com um prêmio no valor de R\$535,70 por Debênture, para fins de constituição de reserva de capital da Emissora ("Prêmio"); (xiv) *Negociação*. As Debêntures serão registradas para negociação no mercado secundário por meio do SND e do BovespaFix; (xv) *Remuneração*. A Remuneração será composta pela (a) Atualização Monetária: O Valor Nominal das Debêntures será atualizado a partir da Data de Emissão até a Data de Vencimento, pelo fator de variação da cotação de fechamento da taxa de venda de câmbio de reais por dólares dos Estados Unidos, disponível no SISBACEN, transação PTAX800, Opção 5 ("Taxa de Conversão"), devida, em moeda corrente nacional, semestralmente, a partir da Data de Emissão, ocorrendo o primeiro pagamento em 8 de junho de 2007 e o último, na Data de Vencimento; e (b) Juros: Sobre o Valor Nominal das Debêntures atualizado pela Taxa de Conversão incidirão juros remuneratórios, calculados com base em um ano de 360 dias, correspondentes a 12,0436% ao ano, desde a Data de Emissão até a Data de Vencimento, devidos em moeda corrente nacional semestralmente a partir da Data de Emissão, ocorrendo o primeiro pagamento em 8 de junho de 2007 e o último, na Data de Vencimento; (xv) *Resgate antecipado facultativo*. Não haverá resgate antecipado facultativo de quaisquer das Debêntures; e (xvi) *Vencimento Antecipado*: Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações exigir o imediato pagamento, pela Emissora, do Valor Nominal das Debêntures em circulação, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data do último pagamento da Remuneração, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, e, dependendo do caso, dos Encargos Moratórios: (i) (a) intervenção ou liquidação extrajudicial da Emissora; (b) pedido de autofalência apresentado pela Emissora; (c) decretação de falência da Emissora; (d) se permitido pela legislação, pedido de recuperação judicial ou de recuperação extrajudicial formulado ou iniciado pela Emissora; ou (e) dissolução, liquidação ou extinção da Emissora; sendo que, em qualquer dos casos deste inciso, o pagamento das Debêntures se subordinará ao pagamento dos demais passivos da Emissora; (ii) não pagamento, pela Emissora, do Valor Nominal, da Remuneração ou de



quaisquer outros valores devidos aos Debenturistas nas datas previstas na Escritura de Emissão, não sanado no prazo de dois dias úteis, contados das suas respectivas datas de vencimento; (iii) não cumprimento, pela Emissora, de toda e qualquer obrigação não pecuniária prevista na Escritura de Emissão, não sanada em 30 dias, contados da data de recebimento de aviso escrito neste sentido que lhe for enviado pelo Agente Fiduciário; (iv) vencimento antecipado de qualquer dívida da Emissora decorrente de inadimplemento contratual, cujo valor individual ou agregado seja igual ou superior a R\$30.000.000,00, atualizados anualmente desde a Data de Emissão pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística ("IPCA") (ou seu contravalor em outras moedas); (v) protesto legítimo e reiterado de títulos contra a Emissora ou constituição em mora da Emissora por atraso no pagamento de obrigações, cujo valor individual ou agregado seja igual ou superior a R\$30.000.000,00, atualizados anualmente desde a Data de Emissão pela variação do IPCA (ou seu contravalor em outras moedas), exceto se, no prazo de até 30 dias contados da data do protesto ou da constituição em mora, conforme o caso, tiver sido comprovado ao Agente Fiduciário que (a) o protesto ou a constituição em mora foi efetuado por erro ou má-fé de terceiro; (b) o protesto ou a constituição em mora foi cancelado; ou (c) o valor do(s) título(s) protestado(s) ou da obrigação em mora foi depositado em juízo; (vi) transferência do controle acionário, tal como definido em lei, da Emissora para pessoas físicas ou jurídicas que não sejam suas controladoras, diretas ou indiretas, ou para pessoas jurídicas que não sejam suas controladas ou sujeitas a controle comum, diretas ou indiretas; (vii) pagamento, pela Emissora, de dividendos, juros sobre capital próprio ou qualquer outra participação no lucro estatutariamente prevista, exceto pelo pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei n.º 6404/76, caso a Emissora esteja inadimplente com relação às suas obrigações pecuniárias previstas na Escritura de Emissão; ou (viii) na transformação da Emissora de sociedade anônima para sociedade limitada.

ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a ser tratado, foi lavrada a presente ata que, lida, achada conforme e unanimemente aprovada, foi por todos assinada.

A presente transcrição é cópia fiel da ata lavrada no livro próprio.

São Paulo, 13 de dezembro de 2006.

Marcus Olyntho de Camargo Arruda
Secretário



3



JUCESP